

ESTUDO DO TURISMO NA MICRORREGIÃO “CAMINHO DAS ORIGENS” – RS, NO RECORTE DOS MUNICÍPIOS DE JAGUARI, NOVA ESPERANÇA DO SUL E SÃO FRANCISCO DE ASSIS/RS

*STUDY OF TURISM IN THE MICROREGION “CAMINHO DAS ORIGENS” - RS, IN THE CITIES OF JAGUARI, NOVA ESPERANÇA DO SUL E SÃO FRANCISCO DE ASSIS/RS*

*INVESTIGACIÓN DEL TURISMO EN LA MICROREGIÓN "CAMINHO DAS ORIGENS" - RS EN EL RECORTE DE LOS MUNICIPIOS DE JAGUARI, NOVA ESPERANÇA DO SUL Y SÃO FRANCISCO DE ASSIS/RS*

Prescilla Silveira Saquett

Bacharel em Turismo pelo Centro Universitário Franciscano – UNIFRA/RS  
Endereço: Rua Coronel Niederauer, 1081, apto – 31ª, Santa Maria/RS – CEP: 97015-120  
E-mail: pre.turismo@yahoo.com.br

Adriana Pisoni da Silva

Doutoranda em Extensão Rural/UFSM. Mestre em Planejamento Urbano e Regional/UFRGS.  
Bacharel em Turismo/PUCRS. Professora do Curso de Turismo/UNIFRA.  
Endereço: Rua dos Andradas, 345, apto – 404, Santa Maria/RS – CEP:  
E-mail: adrianapisoni@unifra.br

## Resumo

Este trabalho tem como foco principal o estudo da Rota Caminho das Origens, no recorte dos municípios de Jaguari, Nova Esperança do Sul e São Francisco de Assis, para verificar as condições e fases do processo de planejamento entre os três municípios. O desenvolvimento dessa pesquisa busca na fundamentação teórica as seguintes bases conceituais: Políticas Públicas, Planejamento Turístico, Desenvolvimento Regional e Regionalização. A metodologia valeu-se do estudo no campo da pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, e os procedimentos metodológicos adotados foram: levantamento bibliográfico; pesquisa documental; entrevistas semi-estruturadas; pesquisa de campo, valendo-se de visitas técnicas, e levantamento fotográfico. A análise e discussão dos resultados mostram que a Rota Caminho das Origens precisa de um planejamento e desenvolvimento, e que os municípios têm potencial turístico, só que não estão preparados para receber o turista. Conclui-se que estes municípios entendem que o desenvolvimento turístico em nível regional é a melhor escolha, embora ainda precisem de articulação entre si e fortalecimento para conseguirem viabilizar um roteiro que os una.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Planejamento, Desenvolvimento Regional, Regionalização.

## Abstract

This research focuses on a study about *Rota Caminho das Origens*, more specifically Jaguari, Nova Esperança do Sul and São Francisco de Assis, in order to analyze the conditions and stages of the planning process among these three cities. This study is based on the following concepts: Public Policies, Tourism Planning, Regional Development and Regionalization. It is a qualitative, exploratory and descriptive research, and the methodological procedures were: bibliographical study, documental research, semi-structured interviews, field research, including technical visits and photographic research. The analysis and the discussion of the findings show that the *Rota Caminho das Origens* needs planning and development, and the cities present a touristic potential, but they are not prepared to receive the tourist. We can conclude that these cities consider the regional tourism development the best alternative, even if it is still necessary articulation among them and union to achieve a common city tour.

Key words: Public Policies, Planning, Regional Development, Regionalization

## Resumen

Esta investigación tiene como objetivo principal el estudio de la *Rota Caminho das Origens*, en el recorte de los municipios de Jaguari, Nova Esperança do Sul y São Francisco de Assis, para verificar las condiciones y estadios del proceso de planificación entre los tres municipios. El desarrollo de esta investigación busca en la fundamentación teórica las siguientes bases conceptuales: Políticas Públicas, Planificación Turística, Desarrollo Regional y Regionalización. La metodología se valió del estudio a través de la investigación cualitativa, de carácter exploratorio y descriptivo, y los procedimientos metodológicos adoptados fueron: levantamiento bibliográfico; investigación documental; entrevistas semiestructuradas; investigación de campo, valiéndose de visitas técnicas y levantamiento fotográfico. El análisis y discusión de los resultados muestran que la *Rota Caminho das Origens* necesita de una planificación y desarrollo y que los municipios poseen potencial turístico, sin embargo no están preparados para recibir el turista. Se concluye que estos municipios entienden que el desarrollo turístico a nivel regional es la mejor elección, aunque necesiten de articulación entre sí y fortalecimiento para la posibilidad de un itinerario que los una.

Palabras-clave: Políticas Públicas – Planificación – Desarrollo Regional – Regionalización

## Introdução

O Estado do Rio Grande do Sul é dividido em nove regiões turísticas. A Região Central é composta por trinta e cinco municípios, que estão organizados em COREDES<sup>1</sup>, Consórcios e Associações de Municípios.

Este artigo é um estudo sobre a Rota Caminho das Origens, localizada na Região Central, onde o desenvolvimento turístico é ainda incipiente. Sendo assim, optou-se por um

---

<sup>1</sup> Conselho Regional de Desenvolvimento

recorte na Rota Caminho das Origens, para estudar os municípios de Jaguari, Nova Esperança do Sul e São Francisco de Assis, já que estes possuem características em comum que os aproximam como a colonização italiana, o relevo e a posição geográfica.

A Rota “Caminho das Origens” possui uma diversidade geográfica, cultural e histórica peculiar. É composta por onze municípios da região central do Estado. Cada município tem sua própria característica, e alguns possuem características semelhantes, como segue: Mata e São Pedro do Sul - a paleontologia; São Francisco de Assis, Jaguari e Nova Esperança do Sul - a colonização Italiana e o relevo; o município de Santiago – o roteiro “Os Caminhos de Santiago das Missões” e os eventos; São Luiz Gonzaga e São Miguel das Missões - as Missões Jesuíticas; Bossoroca – as fazendas, que destacam a cultura gaúcha. Além disso, os municípios de São Francisco de Assis, Santiago, Toropi, Mata, Jaguari e São Vicente do Sul se salientam por seus balneários.

Entende-se que esta rota é composta por muitos municípios, que se diferenciam tanto pela distância que torna difícil a comercialização na íntegra, quanto pelas características naturais e culturais, como a Paleontologia, a Colonização Italiana e as Missões Jesuíticas.

Assim os turistas, muitas vezes, acabam não visitando todos os municípios, devido à distância entre um e outro, formando algumas divisões na rota. Os pequenos roteiros oriundos desta divisão são necessários e devem ser segmentados porque, atualmente, acontecem muito mais por uma decisão individualizada do que por uma proposta planejada pelos gestores locais.

O enfoque principal deste trabalho, portanto, é verificar a viabilidade da construção de um roteiro que una esses três municípios, averiguando os impasses que poderão surgir e identificando quais são as principais entidades que ajudam o poder público no desenvolvimento do turismo no município. Pretende-se também identificar se a iniciativa privada está participando das ações do poder público e se a mesma sabe quais são as políticas públicas desenvolvidas para o turismo em cada município. Outro fator importante é saber se o poder público investe na qualidade da mão-de-obra, e se a infra-estrutura do município está preparada para receber o turista.

O primeiro capítulo apresenta a fundamentação teórica elencando às categorias teóricas conceituais a serem usadas no trabalho, a saber: Políticas Públicas, Planejamento Turístico, Desenvolvimento Regional, Regionalização do Turismo, bem como a interpretação conceitual de Rotas, Circuitos e Roteiros Turísticos.

O segundo capítulo esboça a metodologia adotada, que é a pesquisa qualitativa, tendo como procedimentos metodológicos o levantamento bibliográfico, a pesquisa documental, as entrevistas semi-estruturadas com o poder público, com a EMATER/RS-ASCAR, com a iniciativa privada dos municípios estudados e com o secretário executivo da Rota Caminho das Origens.

Já o terceiro capítulo aborda a análise e a discussão dos resultados obtidos através de saídas a campo, pela coleta de dados nos municípios pesquisados, para a posterior proposta do roteiro. Enfim, quarto capítulo traz as considerações finais.

### **Políticas públicas**

A política pública tem papel importante no desenvolvimento das atividades turísticas, porque expressa as estratégias do governo para o desenvolvimento do turismo. Para Hall,

Políticas públicas é antes de tudo, uma atividade política e essas são influenciadas por características econômicas, sociais e culturais da sociedade, assim como pelas estruturas formais dos governos e outros aspectos do sistema político (2001, p. 26).

A política deve ser flexível, considerando a complexidade das características da sociedade e buscando o melhoramento das atividades, com a inserção das mesmas em projetos que venham a contribuir para o desenvolvimento do município.

O poder público é um dos responsáveis pela elaboração das políticas públicas de turismo, por motivar e incentivar o turismo na comunidade e na iniciativa privada, fazendo com que estes acreditem que o desenvolvimento do turismo no município depende da união desses três pilares.

Para Beni, política de turismo é:

[...] o conjunto de fatores condicionantes e de diretrizes básicas que expressam os caminhos para atingir os objetivos globais para o turismo do país; determinam as prioridades da ação executiva, supletiva ou assistencial do Estado; facilitam o planejamento das empresas do setor quanto aos empreendimentos e às atividades mais suscetíveis de receber apoio estatal. Ela deverá nortear-se por três grandes condicionamentos – o cultural, o social e o econômico. (2000, p. 101)

Os municípios não podem esquecer que a responsabilidade social e a participação da comunidade nas decisões são fatores importantes, uma vez que a comunidade e a iniciativa privada estão relacionadas diretamente com o desenvolvimento do turismo, em parceria com o poder público.

A comunidade, muitas vezes, por não ter conhecimento suficiente de que o desenvolvimento não depende somente do poder público, esquece que ela e a iniciativa privada são agentes fundamentais para acontecer esse desenvolvimento do turismo.

Gastal e Moesch trazem que:

Uma política de turismo deve ter como concepção o turismo como um sistema aberto, orgânico e complexo que se coloque como atividade multissetorial, cuja execução deve, necessariamente, incorporar visões multidisciplinares, multiculturais e multissociais. Assim, se constituirá no trabalho conjunto do setor público com a iniciativa privada e com a sociedade civil, reconstruindo os processos de identidade tão necessários às cidades e às localidades, para que se integrem às redes de globalização de forma independente, em vez de serem homogeneizados nesse processo. (2007, p. 45)

As administrações públicas têm que incentivar a comunidade para que haja investimentos em atividades relacionadas ao turismo, que é um processo lento, do qual não se pode desistir antes de se perceberem retornos, como a melhoria na infra-estrutura básica e a geração de empregos diretos ou indiretos. Beni traz que:

Um dos principais obstáculos que o desenvolvimento da atividade de Turismo apresenta na maioria dos países é justamente a dificuldade de defini-lo do ponto de vista da administração pública. Embora muitos estudiosos incluam o Turismo entre os setores econômicos na organização administrativa do Estado, na prática isso não ocorre em todos os países. O fato de se tratar de uma atividade que não pode ser identificada claramente como setor econômico diferenciado. (2000, p. 103)

Cada um dos agentes tem um papel fundamental para o desenvolvimento do turismo, sendo que ao poder público cabe, garantir a infra-estrutura básica, dentre outras questões.

Ruschmann aponta que o Estado tem papel importante no desenvolvimento do turismo:

[...] no turismo cabe ao estado zelar pelo planejamento e pela legislação necessários ao desenvolvimento da infra-estrutura básica que proporcionará o bem-estar da população residente e dos turistas. Além disso, deve zelar pela proteção e conservação do patrimônio ambiental (natural, psicossocial e cultural) e criar condições que facilitem e regulamentem o funcionamento

dos serviços e equipamentos nas destinações, necessários ao atendimento das necessidades e dos desejos dos turistas, geralmente, a cargo de empresas privadas. (1997, p. 84)

O município para se constituir como um destino turístico necessita de infraestrutura básica geral. Boullón aborda alguns serviços básicos de infra-estrutura:

Na economia moderna, entende-se por infra-estrutura a disponibilidade de bem e serviços com que conta um país para sustentar suas estruturas sociais e produtivas. Fazem parte da mesma a educação, os serviços de saúde, a moradia, os transportes, as comunicações e a energia. (2002, p. 58)

Essa infra-estrutura possibilita à comunidade local uma melhor qualidade de vida, de modo que a população se sente valorizada pela preocupação do poder público com a infra-estrutura básica e, automaticamente, pode melhorar as condições de receber o turista, valorizando a hospitalidade.

Segundo Silva a hospitalidade:

[...] supõe a acolhida; é uma das leis superiores da humanidade, uma lei universal. Acolher é permitir, sob certas condições, a inclusão do outro no próprio espaço. A hospitalidade ocorre numa relação espacializada entre dois atores, entre aquele que recebe e aquele que é recebido, entre o nativo e o estrangeiro, o visitado e o visitante. (2007, p. 8)

Com a união da hospitalidade, à infra-estrutura básica do município e aos serviços e equipamentos turísticos qualificados, o turista terá mais conforto, de modo que, ao se sentir melhor, levando uma imagem positiva do local, permitindo uma troca de culturas que geralmente acontece sem a comunidade perceber, além de criar um elo com os turistas que os fazem retornar as suas residências, com o desejo de voltar ao local visitado.

A partir dessa infra-estrutura adequada, o poder público pode começar a pensar nas estratégias que vai usar para o desenvolvimento do município em nível regional, respeitando as peculiaridades da região.

Para que as Políticas Públicas de Turismo realizadas pelo poder público se concretizem, precisa-se de parcerias com a comunidade local e com o setor privado, já que a participação harmônica destes agentes, a construção do planejamento turístico será viável.

## Planejamento turístico

O planejamento turístico é de fundamental importância para o desenvolvimento de uma localidade. Segundo Molina (2005, p. 46), “é um processo racional cujo objetivo maior consiste em assegurar o crescimento e o desenvolvimento turístico”.

O turismo desenvolvido só acontece, se o município for bem planejado, sendo que no planejamento devem ser analisados o passado, o presente e o futuro de localidade.

A concepção de Bissoli compreende que:

O planejamento turístico é um processo que analisa a atividade turística de um determinado espaço geográfico, diagnosticando seu desenvolvimento e fixando um modelo de atuação mediante o estabelecimento de metas, objetivos, estratégias e diretrizes com os quais se pretende impulsionar, coordenar e integrar o turismo ao conjunto macroeconômico em que está inserido. (1999, p. 34)

Para planejar, não podemos esquecer de pensar no meio físico, social, econômico e cultural da região escolhida. O planejamento, então, deve ser adotado como uma ferramenta/instrumento para a construção de estratégias que visem ao desenvolvimento do turismo. Deve-se analisar a realidade a ser planejada e as ações que serão aplicadas para que o resultado seja positivo.

Barretto acredita que planejar turismo significa:

[...] planejar para todos os envolvidos no fenômeno: os que realizam turismo (os turistas) – que são pessoas que muitas vezes sonharam a vida inteira com essa viagem -, os empresários que comercializam, os que atendem às diversas instalações no local de estada, como os funcionários desses estabelecimentos, sem esquecer os moradores locais que estão ligados à atividade turística, mas que compartilham o espaço físico e social com os visitantes e o próprio espaço físico, que tem uma capacidade limitada. (2005, p. 41)

O planejamento requer o envolvimento da comunidade, do poder público e da iniciativa privada, sendo que estes agentes precisam estar unidos, para que as ações, as estratégias e as metas atinjam o objetivo esperado.

Vários autores abordam tipos metodológicos diferentes para a execução do planejamento. Conforme Bissoli, o aspecto espacial do planejamento pode ser:

“internacional; nacional; estadual; regional, abrangendo uma ou mais regiões ou distritos; local, abrangendo um município; e setorial” (1999, p. 35).

Já Molina, ao referir-se à questão da dimensão temporal do planejamento, argumenta que ele pode ser feito a curto, médio e longo prazo: “curto prazo compreende um período que normalmente chega até cinco ou sete anos; médio prazo dos cinco ou sete até os quinze ou vinte anos e longo prazo períodos superiores a quinze ou vinte anos” (2005, p. 48). Estes prazos são mais usados no planejamento em nível nacional, de modo que, quando falamos em região, localidade e empresas, os prazos são menores.

Outros autores, como Molina & Rodriguez (2001), adotam a categoria do planejamento participativo. Este descentraliza algumas ações do poder público de forma a se tornar necessárias a identificação de mecanismos para a consulta permanente.

O planejamento participativo implica a participação de todos os setores da sociedade e de todos os seus indivíduos: “Deve-se avaliar o fato de que uma comunidade local num pólo turístico planeje a trajetória de seu sistema, conheça-o e aprenda a se adaptar à sua evolução, ao mesmo tempo em que influi sobre a mesma” (MOLINA & RODRIGUEZ, 2001, p.126).

Gastal e Moesch colocam que:

[...] o planejamento com base local, através de projetos construídos com a comunidade, primando a sustentabilidade ambiental, sociocultural e econômica, mantém a relação das partes formadores do todo. Ou seja, a valorização e manutenção do meio ambiente, convivendo com a presença do ser humano, o resgate das tradições, dos valores e costumes locais, garantindo, assim, a atratividade turística, e possibilitando a geração de renda, trabalho, novos empreendimentos e, por fim, melhoria na qualidade de vida. (2007, p. 49)

Os projetos de planejamento com a participação da sociedade tornam-se um diferencial, pois a comunidade passa a entender o que precisa ser realizado, de fato.

Com o passar do tempo, se o turismo não estiver planejado, começam aparecer os danos causados em longo prazo. Assim, para que isso não ocorra, as pessoas devem estar sensibilizadas para a maneira como se dá o desenvolvimento do turismo, a fim de que não haja interferências negativas no meio ambiente e na cultura da localidade.

Ruschmann traz que:

[...] a falta de “cultura turística” dos visitantes faz com que eles se comportem de forma alienada em relação ao meio que vistam – acreditam



que não têm nenhuma responsabilidade na preservação da natureza e da originalidade de destinações. Entendem que seu tempo livre é sagrado, que têm direito ao uso daquilo pelo qual pagaram e que, além disso, permanecem pouco tempo – insuficiente, no seu entender, para agredir o meio natural. (1997, p. 23)

Portanto, a comunidade deve participar do planejamento, pois só ela sabe os impasses, as características, as causas e as conseqüências da atividade turística. O turismo precisa dos serviços e dos atrativos turísticos, para poder se desenvolver com êxito; porém, para que isso ocorra, precisa-se da hospitalidade transmitida pela comunidade ao visitante, a fim de que o visitante se sinta em casa.

### **Desenvolvimento regional**

Para definir uma região é necessário analisar o território geográfico e as intervenções que o homem fez na estrutura física, ambiental, social e política de uma sociedade.

A região, segundo Etges,

É a medida em que a sociedade vai se aprimorando de determinado território, ela vai imprimindo as suas marcas; quanto mais desenvolvida ela for, no sentido de dispor de tecnologia para intervir na natureza, mais ela vai moldando o território, visando atender às suas necessidade e interesses. (2001, p. 353)

O Estado tem papel fundamental na definição das regiões. Deve-se analisar o que cada município possui para poder definir as regiões turísticas, sempre buscando as características geográficas e culturais, bem como suas potencialidades, para conseguir promovê-las de forma coesa tanto no aspecto social e histórico quanto no cultural.

Ainda, segundo Etges, para o desenvolvimento regional da realidade atual:

É preciso estar atento à dimensão horizontal do processo, conhecer, em profundidade a região em questão, identificar suas potencialidades e construir instrumentos de coesão social em torno de propósitos comuns à população envolvida (2001, p. 363).

A fim de que as regiões se constituam de forma sólida e resoluto, precisa-se do desenvolvimento regional. Este pode trazer o fortalecimento, a integração e o

crescimento econômico, social, cultural e político aos municípios que pertencem ou que pretendem inserir neste processo de regionalização.

O desenvolvimento de uma região deve ter uma nova ordenação de território buscando o desenvolvimento sustentável e o interesse da comunidade, sobre isso, Beni acrescenta que:

[...] esse processo implica uma nova ordenação territorial, que se propõe que seja sustentável e alavancada a partir dos interesses coletivos da região. Pretende-se que esse processo de nova ordenação sustentável venha a traduzir-se em um novo padrão de desenvolvimento, obedecendo não mais a racionalidade acumulação e do consumismo, mas principalmente da qualidade de vida a curto, médio e longo prazo. Além disso, deverá contemplar as necessidades e expectativas coletivas da base local, com a participação ativa da sociedade civil organizada de forma multiescalar, buscando adotar a alternativa que melhor viabilize sua inserção no processo regional de desenvolvimento. Define-se essa nova ordenação territorial como a projeção no espaço físico, mediante ocupação e uso, das políticas, interesse, racionalidades e valores econômicos, sociais, culturais e ambientais de uma comunidade local ou regionalmente referenciada [...] (2006, p. 94)

Entretanto, para que o desenvolvimento contemple os valores do capital humano, social e cultural, tem-se uma categoria de desenvolvimento regional, que se denomina desenvolvimento endógeno.

Beni define o desenvolvimento endógeno como:

[...] uma interpretação que permite explicar os processos de acumulação de capital, bem como identificar os mecanismos que contribuem para o aumento da produtividade e da competitividade de cidades e regiões. Trata-se de uma interpretação voltada para ação, associada ao momento em que a sociedade civil se mostra capaz de dar, mediante uma política de desenvolvimento local, uma resposta aos desafios produzidos pelo aumento da concorrência nos mercados. (2006, p.35)

O desenvolvimento endógeno atende às necessidades da comunidade, por meio da sua participação. Esse tipo de processo leva a comunidade a diferentes caminhos de desenvolvimento tanto no aspecto cultural, econômico e social, como também na dimensão nacional, estadual e regional.

Para o Ministério do Turismo, a regionalização deve advir ainda de uma proposta de política pública de turismo que “significa olhar além do município, para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização integrada e compartilhada. Propõe-se olhar a região e não mais o município isolado”. (BRASIL, 2007b, p. 12)

Assim, a fim de que a regionalização ocorra, é preciso que os municípios saibam como funciona seu o processo, bem como o modo de inserção no processo de organização e estruturação de uma rota ou de roteiros turísticos.

### **Regionalização do turismo: rotas e roteiros turísticos**

A concepção de rotas determina a necessidade de que possuam um ponto de início e ponto de finalização, ou seja, um itinerário que geralmente tem uma linha histórica, abrangendo vários roteiros ou circuitos turísticos: “Rota é um percurso continuado e delimitado cuja identidade é reforçada ou atribuída pela utilização turística.” (BRASIL, 2007b, p.28).

Os municípios de pequeno e médio porte estão buscando uma alternativa para desenvolver sua região e explorar as riquezas naturais, culturais e históricas que possuem, através do planejamento e da organização de rotas e de roteiros turísticos.

O Ministério do Turismo define roteiro turístico como “um itinerário caracterizado por um ou mais elementos que lhe confere identidade, definido e estruturado para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turísticas das localidades que formam um roteiro”. (BRASIL, 2007c, p. 13)

O roteiro turístico pode ser uma ferramenta utilizada para a leitura da realidade do local a ser visitado, pois o turista acaba conhecendo somente alguns pontos. Por isso, o roteiro deve ser bem planejado, organizado e estruturado, por pessoas que conheçam as características e as peculiaridades do local e que percebam qual o tipo de turista que desejam receber.

Tavares aborda que roteiros turísticos,

São itinerários de visitação organizados. É um termo genérico utilizado para a apresentação de itinerários e programações efetuados com a finalidade de turismo. Roteiros existem em qualquer parte onde esteja sendo praticado o turismo, seja em pequenas localidades ou em grandes cidades. Podem ocorrer também em diferentes ambientações, como em áreas urbanas ou rurais, regionais, nacionais, internacionais ou entre elas. (2002, p. 14)

Os roteiros podem ser organizados em vários ambientes, com diversas características, alinhados em determinado tempo e em espaço delimitado.

Bahl define que:

Por meio dos roteiros, realmente é possível pensar no aspecto promocional do turismo pela ordenação de atividades que promovam a cultura de um local sem influenciá-la – como acontece quando são impostos apenas anseios lucrativos -, mas que descubram a essência que diferencia as regiões, cidades e localidades, adaptando estruturas e buscando a fuga do cotidiano; afinal, são peculiaridades que motivam as pessoas a visitarem outros locais, fora do seu *habitat* e à procura de algo que seja diferente e que, por isso, seja atrativo. (2006, p. 315)

Com o desenvolvimento das rotas, dos circuitos ou dos roteiros turísticos, os municípios têm a possibilidade de apresentar de forma organizada seu trabalho artesanal, a gastronomia local, os meios de hospedagem com características familiares e as produções das agroindústrias, ou seja, o patrimônio material e imaterial, possibilitando o surgimento de uma fonte de renda para a região, através desses trabalhos.

Tavares acrescenta que:

[...] o turismo não é feito por visitas realizadas a atrativos isoladamente, mas sim pela visita de atrativos ou locais inseridos em um contexto maior, quer seja com referência a aspectos de sua história, de cultura, de sua geografia ou relativos a seu meio ambiente. Poucos são os turistas, ou diria-se quase nenhum, que se deslocariam para visitar um único edifício [...] (2002, p. 15)

O turista não procura visitar somente um atrativo, embora este seja o motivo principal do passeio. É preciso agregar outros atrativos, formando um roteiro, sem perder as características locais.

A roteirização “confere realidade turística aos atrativos que estão dispersos através de sua integração e organização” (BRASIL, 2007c, p.15). Em outras palavras, a roteirização promove, em nível regional, o despertar da preservação dos valores culturais, naturais e históricos, além de possibilitar a inclusão social.

Contemplando essa concepção, o Ministério do Turismo tem como um dos objetivos, dentro do Plano Nacional de Turismo 2007/2010, desenvolver o turismo, através do Programa de Regionalização:

O programa assimila a noção de território como espaço e lugar de interação do homem como o meio ambiente, dando origem a diversas maneiras de se organizar e se relacionar com a natureza, com a cultura e com os recursos de que dispõe. Essa noção supõe formas de coordenação entre organizações sociais, agentes econômicos e representantes políticos, superando a visão

estritamente setorial do desenvolvimento. O conceito de programa incorpora também, o ordenamento dos arranjos produtivos como estratégico, dado que os vínculos de parceria, integração e cooperação dos setores geram produtos e serviços capazes de inserir unidades produtivas de base familiar, formais e informais, micro e pequenas empresas, o que se reflete no estado de bem estar das populações (BRASIL, 2007, p. 67).

Este programa objetiva incentivar os municípios a desenvolver o turismo regional, unindo suas potencialidades para poder desenvolver um produto turístico, que possibilitem uma estada maior do turista no município, a fim de que ele possa usufruir da gastronomia, dos meios de hospedagem, da natureza, contribuindo ao desenvolvimento social, cultural e econômico e, bem como para a troca de culturas.

## **Metodologia**

O presente Projeto de Trabalho Final de Graduação valeu-se de um estudo no campo da pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e descritivo. Segundo Minayo,

a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reproduzidos à operacionalização de variáveis. (1994, p. 22)

A pesquisa qualitativa, portanto não se preocupa com quantidade, e sim com as atitudes do cotidiano das relações sociais, como hábitos, crenças e vivências, bem como com a maneira pela qual as pessoas se relacionam umas com as outras, também compreendendo a organização das instituições com a intervenção da ação humana (MINAYO, 1994).

Utilizou-se da pesquisa descritiva, que consiste na investigação empírica, com principal objetivo de analisar as características dos fenômenos; e da pesquisa exploratória, que também consiste em investigação empírica, só que mais enfocada na formulação de questões ou de um problema. (MARCONI & LAKATOS, 2003).

Para tanto, adotou-se os procedimentos metodológicos: 1) Levantamento bibliográfico, em livros, artigos e revistas, especialmente em torno das categorias teóricas seguintes: Políticas Públicas, Planejamento Turístico, Desenvolvimento Regional e

Roteirização. 2) Pesquisa Documental com documentos oficiais, inventários turísticos, materiais publicitários dos municípios e registros da Rota “Caminho das Origens”. 3) Entrevistas semi-estruturadas, uma vez que essa tipologia de pesquisa leva o entrevistado a conversar sem restrições sobre o seu conhecimento e permite ao entrevistador maior liberdade na formulação das perguntas e de algumas abordagens durante a mesma, não precisando obedecer, necessariamente, a uma estrutura formal. (MARCONI & LAKATOS, 2003). As entrevistas semi-estruturadas foram aplicadas aos planejadores do turismo do poder público, à iniciativa privada, à EMATER/RS – ASCAR dos municípios estudados e aos planejadores que estão coordenando a Rota “Caminho das Origens”. A entrevista abordou conteúdos específicos conforme os diferentes públicos entrevistados, com respostas fechadas e abertas. 4º Pesquisa de Campo, que se valeu de três visitas técnicas. A primeira, no mês de julho de 2008, no município de São Francisco de Assis; a segunda, em agosto de 2008, em Nova Esperança do Sul; e a última, no mês de setembro de 2008, em Jaguari. Neste momento do trabalho fez-se também o levantamento fotográfico.

As entrevistas totalizaram-se no número de vinte e uma, sendo realizadas oito em Jaguari, cinco em São Francisco de Assis e oito em Nova Esperança do Sul. O critério utilizado para a escolha dos empreendedores e administradores entrevistados nos municípios foi o registro nos Inventários da Oferta Turística, elaborado pelo curso de Turismo do Centro Universitário Franciscano - UNIFRA, no ano de 2007.

Os empreendedores entrevistados comercializam diferentes produtos. Em Jaguari, entrevistou-se o proprietário da Agência Jaguary Turismo – Agência Receptiva; o proprietário do Pesqueiro Chapadão (uma área para o lazer, que possui local para pesca, trilhas e cabanas); a proprietária do Mirante dos Minuzzi, (um diferencial na região, pois o turista dispõe do reboque de um trator, para chegar até o mirante); umas das proprietárias da Granja Santa Tereza (uma agroindústria especializada na fabricação de queijos); o proprietário da Casa Vinícola Dom Vergílio (produção de vinho) e o proprietário da Agroindústria Dalla Valle (produtora de vinhos, farináceos e embutidos).

Em Nova Esperança do Sul entrevistou-se a empresária da Pousada do Sol (hospedagem com perfil familiar, com atendimento dos proprietários); uma das administradoras da Gruta Subterrânea Nossa Senhora de Fátima, localizada na linha Um, muito procurada na região; uma das responsáveis pela administração da Igreja São Caetano, localizada também na linha Um (edificação construída na década de 1930, por Luis

Cavaleiro, um imigrante espanhol que contou com a ajuda de imigrantes italianos); o empreendedor da Granja Três Pinheiros (fabricação de vinho no porão de uma casa de pedra e plantio de frutas); a proprietária da Casa de Pedra da Família Ferrari (construída aproximadamente em 1900, conta com um mini-museu), e a empreendedora da Fábrica de Botas Nicola (pequena fábrica familiar).

Já em São Francisco de Assis, optou-se pelos proprietários e gestores dos atrativos naturais na localidade do Toroquá e do Piquiri e de uma agroindústria: a Agroindústria Monte Carlo, cujo principal produto é a fabricação de vinho, localizada no primeiro núcleo de colonização italiana do município; os proprietários da Cascata dos Buzzata; e a proprietária da Cascata Moinho Grande, que se encontra na divisa do município de São Francisco de Assis com o de Nova Esperança do Sul.

Por último, realizou-se a análise e a interpretação dos dados recolhidos, bem como a posterior conclusão, na qual se apresenta uma das possibilidades para a viabilidade do desenvolvimento turístico, na união dos municípios de Jaguari, Nova Esperança do Sul e São Francisco de Assis.

## **Resultados e discussões**

### **Um panorama da rota Caminho das Origens, na visão dos informantes**

Segundo entrevista com o Secretário Executivo da Rota Caminho das Origens, a mesma surgiu há aproximadamente dez anos e oficialmente, abrange onze municípios. Ao ser questionado sobre o porquê do nome Rota Caminho das Origens, o secretário responde: “Acredito que seja a idéia de voltar às origens ou até a questão das Missões”<sup>2</sup>.

Os responsáveis pelo turismo nos municípios de São Francisco de Assis e Nova Esperança do Sul não souberam responder com precisão a causa do nome da rota, mas acreditam que seja pela volta às origens, em função das Missões, da Paleontologia.

A Rota está organizada em torno de um consórcio de municípios, e suas reuniões ocorrem mensalmente, sendo um mês em cada município, embora, em função de problemas administrativos, hoje o trabalho não esteja sendo desenvolvido. A baixa participação dos municípios está dificultando a continuidade do trabalho, o secretário

---

<sup>2</sup> Secretário Executivo da Rota Caminho das Origens, em 11 de agosto de 2008.

executivo da Rota Caminho das Origens diz ainda que: “A participação não é 100%, que pode se dizer, atualmente, cerca de 60% dos municípios estão participando, existe toda uma negociação de alguns municípios que pretende sair, mas a ação que está sendo tomada é uma reestruturação administrativa e financeira”<sup>3</sup>.

O secretário explica que, após a estruturação financeira e administrativa, a Rota Caminho das Origens vai voltar a se desenvolver, reiterando a necessidade de um tempo para a devida organização, sem a qual não haverá evolução.

Os gestores públicos de Nova Esperança do Sul e de São Francisco de Assis comentam que a Rota Caminho das Origens está se organizando a passos lentos, mas acreditam que a união fortalece o desenvolvimento. O secretário de Nova Esperança do Sul afirma que,

Nós temos o potencial, atrativos, pouca mão-de-obra qualificada, mais informações propriamente ditas do que uma organização efetiva. Precisa que os municípios se completem entre si, que os administradores públicos, ou seja, que os prefeitos realmente vistam a camiseta do consórcio e os secretários também e efetivamente ponham o consórcio a funcionar. Nova Esperança não pode andar sozinha.

Já em São Francisco de Assis, o responsável pelo setor de turismo fala que a Rota Caminho das Origens está parada, pois a administração foi mudada, embora acredite que algumas ações estão sendo captadas, como por exemplo, o projeto de sinalização.

Os responsáveis pelo turismo nos municípios comentaram que as reuniões da rota são mensais, no entanto, com o período eleitoral, as atividades não estão sendo realizadas de modo que, após esta fase, acreditam que voltarão com a agenda de encontros.

Quando questionado da existência da Rota Caminho das Origens, o técnico da EMATER/RS - ASCAR de Nova Esperança do Sul diz que sabe da existência da mesma; já o responsável de Jaguari comentou que, no início, participavam das reuniões da Rota, mas no momento não, em São Francisco de Assis, o responsável comentou: “a gente sabe sim, tão quanto que a gente organizou os primeiros jogos rurais Caminho das

---

<sup>3</sup> Secretário Executivo da Rota Caminho das Origens, em 11 de agosto de 2008.



Origens, foi realizado aqui em São Francisco de Assis onde participaram seis municípios da rota”<sup>4</sup>.

Os pequenos empresários entrevistados nos municípios de Nova Esperança do Sul e de São Francisco de Assis sabem que o município participa da Rota Caminho das Origens, mas nem todos estão cientes de que se seu empreendimento é um elemento na Rota. Em Jaguari, os mesmos não sabem se o município ainda participa da Rota, como afirma a proprietária da Granja Santa Tereza: “Eu acho que não está fazendo mais parte, eu acho que o Caminho das Origens não existe mais pelo que a gente vê não tem nenhum prefeito que participa, não existe mais Caminho das Origens”<sup>5</sup>.

É importante destacar que o representante do escritório da EMATER/RS - ASCAR de São Francisco de Assis comentou que o desenvolvimento da Rota Caminho das Origens depende de um estudo mais detalhado de cada município, uma vez que cada escritório conhece a sua realidade. Ele acredita que isso venha com a integração regional, já o representante em Nova Esperança do Sul afirma:

Vejo como um grande sonho, nós já tivemos bom trabalho no passado e que foi ao longo do tempo perdendo um pouco força. Como EMATER o turismo é uma atividade que pode principalmente melhorar a qualidade de vida das famílias rurais, pensando na área do turismo rural pelo ingresso [...] mas principalmente possibilitar integração com pessoas que vêm de fora, no momento da visita elas vão se enriquecendo culturalmente e ao mesmo tempo vão mostrando para as pessoas que estão visitando a sua cultura. A rota é grande, com muita diversidade. Deveriam procurar municípios com os mesmos temas culturais ou culturas parecidas<sup>6</sup>.

Outra questão abordada sobre a Rota refere à organização do receptivo nos atrativos turísticos existentes em cada município que a compõem. O entendimento do Secretário Executivo é de que estes não estão qualificados para receber o turista, mas acredita que estejam se preparando,

Acredito que sim, passos lentos, pela falta de experiência, pela falta de pessoas qualificadas, pela falta de estudiosos na área. Acredito que tudo são etapas, após passar por essa etapa administrativa e financeira do consórcio, tenho certeza que ele vai ser enxugado pela quantidade de municípios e vai poder ser melhor trabalhado, melhor desenvolvido e aí sim através dessas

---

4

Responsável pelo escritório da EMATER, em 24 de junho de 2008.

<sup>5</sup> Proprietária da Granja Santa Tereza, em 09 de setembro de 2008.

<sup>6</sup> Chefe do Escritório Municipal da EMATER/RS-ASCAR, em 11 de agosto de 2008.

etapas, dessa organização a gente vai conseguir administrar melhor a mão-de-obra, qualificá-la, os atrativos serem melhor preparados e desenvolvido<sup>7</sup>.

Quanto à construção de um roteiro, dentro da Rota Caminho das Origens o secretário afirma que pode ser viável:

Tenho a opinião formada que a nossa Rota é muito grande, como eu disse: alguns municípios já estão se preparando para sair. Os municípios que eu acredito que podem melhor se desenvolver, melhor trabalhar, são os municípios do Vale do Jaguari, ou seja, São Vicente, Mata, Santiago, Nova Esperança, Jaguari e São Francisco, esses são os parceiros realmente que nós temos realmente no nosso consórcio, os municípios do meio,<sup>8</sup>.

Observa-se que, com a saída de alguns municípios que estão localizados nos extremos da Rota, o desenvolvimento da mesma será facilitado, pois os municípios que continuarão serão aqueles próximos, com características em comum.

O secretário de Nova Esperança do Sul acredita que é viável a construção de um roteiro dentro da Rota Caminho das Origens, mas que cada município, em primeiro lugar, deve se estruturar e se organizar para depois se desenvolver em um âmbito regional.

É importante destacar que, para a construção de roteiros dentro da Rota Caminho das Origens, é preciso uma integração dos municípios, como aponta o responsável pela EMATER/RS - ASCAR de Jaguari: “Acho super viável especialmente pelas informações que nós temos até é viável em conjunto, isoladamente seria bastante difícil ter um fluxo interessante de pessoas para vir fazer turismo aqui”<sup>9</sup>.

O responsável pelo escritório da EMATER/RS - ASCAR em Nova Esperança do Sul identifica que é viável a construção do roteiro, mas acrescenta:

O ideal seria uma rota menor, com outro nome ou manter esse nome. Teria que ser identificado um tema para trabalhar com os empreendedores [...]. Nós temos lugares com potencial enorme, mas muitas vezes os prefeitos não têm vontade, interesse de desenvolver, ficando difícil o desenvolvimento<sup>10</sup>.

Em São Francisco de Assis, o técnico do escritório da EMATER/RS - ASCAR cita municípios que podem se unir para a integração regional: “São Francisco, Jaguari e Nova Esperança são municípios lindeiros geograficamente, são caminhos que são

<sup>7</sup> Secretário Executivo da Rota Caminho das Origens, em 11 de agosto de 2008.

<sup>8</sup> Secretário Executivo da Rota Caminho das Origens, em 11 de agosto de 2008.

<sup>9</sup> Chefe da Unidade Municipal da EMATER/RS-ASCAR, em 09 de setembro de 2008.

peritos, acho que é viável unir esses três municípios talvez com Santiago coisa parecida, eu acho que é viável”<sup>11</sup>.

Para os pequenos empresários, a construção de um roteiro dentro da Rota Caminho das Origens é viável, como declara o proprietário do Pesqueiro Chapadão em Jaguari:

Eu acho até que deveria se criar novos roteiros dentro desse Caminho das Origens, ela é muito extensa, é muito heterogênea. Nós temos Jaguari, Nova Esperança, parte de São Francisco, Mata, talvez alguma parte de São Vicente, Santiago. Então Jaguari, Nova Esperança, Santiago e São Francisco podem sim criar um roteiro homogêneo, muito parecido com características bem semelhantes que vá trazer benefícios para nós e que seja um roteiro viável, não interessa se é dois ou três dias mas que seja dentro do mesmo tema, temos colonização italiana, belezas naturais, relevo parecido<sup>12</sup>.

Estes pequenos empresários ainda comentaram que participariam desse novo roteiro. A proprietária da Casa da Família Ferrari, em Nova Esperança do Sul destaca: “Olha, para mim é um prazer receber os turistas”<sup>13</sup>. Com isso, pensa-se que os mesmos querem receber o turista, só que falta maior organização por parte deles e do poder público.

É importante ressaltar que poderão surgir alguns impasses na construção do roteiro, por parte de alguns municípios pertencentes à Rota. O secretário executivo expõe aqueles que poderão ser os principais:

A questão que nunca é priorizado o turismo nos municípios. Eu acredito que outro impasse também seria a mudança constante de secretários, eu acho que o principal também é a falta de mão-de-obra especializada, técnicos em turismo, de turismólogos que bom se amanhã, depois cada município realmente tivesse efetivamente um turismólogo ou técnico em turismo [...] como se precisa de um contador, tem que ter um técnico, um especialista na área de turismo e acho que isso são algumas pendências<sup>14</sup>.

Já o Secretário de Nova Esperança do Sul expõe “o impasse é o político. Mudanças de prefeitos, até por que a gente tá num período eleitoral, mudança frequente de secretários ou coordenadores de turismo”<sup>15</sup>. Em São Francisco de Assis, o

<sup>10</sup> Chefe do Escritório Municipal da EMATER/RS-ASCAR, em 11 de agosto de 2008.

<sup>11</sup> Responsável pela EMATER/RS-ASCAR, em 24 de julho de 2008.

<sup>12</sup> Proprietário do Pesqueiro Chapadão, em 09 de setembro de 2008.

<sup>13</sup> Proprietária da Casa de Pedra da Família Ferrari, em 11 de agosto de 2008.

<sup>14</sup> Secretário Executivo da Rota Caminho das Origens, em 11 de agosto de 2008.

<sup>15</sup> Secretário Municipal de Turismo, Lazer e Meio Ambiente, 11 de agosto de 2008.

responsável pelo turismo fala que o impasse pode ser o financeiro, e não o político, pois todos têm o mesmo objetivo, o desenvolvimento do turismo.

Esses impasses que poderão surgir para a realização de um roteiro, podem ser evitados antes de sua elaboração. Para que isso aconteça, a participação de turismólogos no processo é inevitável, pois estes são capazes de qualificar os empreendedores, sensibilizar a população, além de saber discernir a melhor maneira para desenvolver o turismo de forma sustentável, a fim de que, no futuro, a oferta turística ainda esteja disponível.

Ainda cabe ressaltar que, para esse roteiro se tornar viável, é preciso um planejamento, no qual a teoria traz que não podemos esquecer o meio físico, cultural econômico e social da localidade, de forma que se deve estudar a realidade da comunidade, para que os impasses não surjam no decorrer do processo.

Também é necessária a união dos três municípios, que deverão estruturar-se internamente, para poder construir um roteiro regional, uma vez que os responsáveis pelo turismo em cada município argumentam que estão se preparando para o desenvolvimento, mas que precisam se organizar melhor.

Ressalta-se que, nos onze municípios que compõem a Rota Caminho das Origens, poucos municípios possuem turismólogos, sendo que, na maioria dos casos, quem trabalha na secretaria de turismo são funcionários em cargos de confiança, ou seja, pessoas que passam pouco tempo e não são efetivados no cargo, dificultando o trabalho, uma vez que quatro em quatro anos muda-se total ou parcialmente a equipe.

Ainda é possível destacar que a Rota não possui uma agência receptiva operando-a, existe apenas uma parceria com a Secretaria do Turismo, Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul – SETUR, que disponibiliza informações no site, onde constam informações básicas, como os principais atrativos de cada município.

Percebe-se que há avanços no desenvolvimento turístico da Rota Caminho das Origens, porém esta necessita de maior organização em sua estrutura. O secretário executivo do consórcio aponta que alguns municípios têm o desejo de se desenvolver turisticamente, mas faltam pessoas qualificadas para trabalhar nessa região.

#### **A visão do poder público para o desenvolvimento do turismo**

O enquadramento político administrativo do turismo, nos municípios de Nova Esperança do Sul e de São Francisco de Assis, insere-se em secretarias distintas. No primeiro denomina-se Secretaria Municipal de Turismo, Lazer e Meio Ambiente; e no segundo, Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Desporto. Não há informações sobre o município de Jaguari, pois neste não foi possível o contato com o responsável pela área de turismo. Com base nisso, constata-se que o turismo divide sua estrutura com outras temáticas, não sendo a principal atividade nos municípios. Os responsáveis pelo turismo afirmam que existe desenvolvimento, mas este não é prioridade.

Quando questionado sobre os atrativos turísticos dos municípios, o secretário de Nova Esperança do Sul relata os principais do seu município:

Gruta Nossa Senhora de Fátima, nós temos os balneários [...], trilhas próximas a Gruta pelo interior do município. Temos um grande potencial no setor coureiro calçadista que são as fábricas, este é um potencial por que nós somos um pólo na região nessa área do coureiro calçadista. Eventos não só Nova Esperança, mas toda a região<sup>16</sup>.

Já o responsável pelo turismo em São Francisco de Assis relata que os atrativos estão localizados em diferentes áreas, com características distintas, e variam conforme o período sazonal: “No verão o mais procurado é o Ibicuí temporada de camping, depois durante o ano se tem aí a rota conhecendo na região serrana do município e as agroindústrias. Temos o museu, a praça com árvores centenárias e os monumentos como o do Neneca Gomes”<sup>17</sup>.

Ressalta-se que os municípios citados possuem outros pontos turísticos, que não foram lembrados durante a entrevista. Nova Esperança do Sul possui as Casas de Pedras e a Igreja São Caetano, localizadas na Linha Um, que foram construídas por imigrantes italianos; além das cascatas e dos demais atrativos que devem ser incluídos na organização de roteiros.

Com relação a melhorias nos atrativos, os responsáveis pelo poder público dos municípios comentam que são necessários mais investimentos. São Francisco de Assis coloca que a Rota denominada: “Conhecendo seu Município”<sup>18</sup> já está qualificada para receber os turistas. Ao contrario, Nova Esperança do Sul destaca que “os atrativos

<sup>16</sup> Secretário Municipal de Turismo, Lazer e Meio Ambiente, em 11 de agosto de 2008.

<sup>17</sup> Diretor de Turismo, em 28 de julho de 2008.

precisam de melhorias, mão-de-obra, na infra-estrutura, precisam de parcerias público-privadas, precisam de investimentos no setor privado, mas precisam principalmente que as pessoas conheçam realmente o que tem”<sup>19</sup>.

Esses investimentos e melhorias dependem principalmente do poder público, sendo que os mesmos precisam observar que o turismo precisa de parcerias com a iniciativa privada e que a comunidade também deve estar inserida nesse processo, a fim de facilitar o desenvolvimento dessas localidades.

Retomando os pressupostos teóricos já apresentados, o poder público, dentre outras obrigações, deve proporcionar para os moradores uma infra-estrutura adequada, para que os mesmos consigam viver melhor. Durante a entrevista, quando questionados sobre a qualidade dos serviços e a infra-estrutura básica dos municípios, os responsáveis pelo turismo relatam que os investimentos tem sido suficientes para a atual demanda, porém para que se possa atender um possível crescimento será preciso investir em melhorias nos meios de hospedagem e na área gastronômica. Acreditam ainda que as cidades de Nova Esperança do Sul e São Francisco de Assis devem se preparar melhor para receber o turista.

É importante destacar que os municípios não possuem nenhuma agência operando roteiros e atividades nos atrativos, sendo que as informações são fornecidas na Secretaria de Turismo, conforme afirma o secretário de Nova Esperança do Sul: “Basicamente o que tem acontecido hoje o turista é ao chegar e antes mesmo de vir tem se direcionado a secretaria, e nós temos colocado a disposição a equipe da secretaria para atender da melhor maneira possível pelo menos com aquilo que tem de melhor”<sup>20</sup>.

Em São Francisco de Assis não é diferente, pois o município também não possui um posto de informações turísticas.

O turista, quando chega nesses municípios, deve se dirigir à secretaria de turismo que, muitas vezes, não tem o conhecimento suficiente para mostrar e explicar a história e informações necessárias para o turista, nem mesmo para guiá-lo até o local desejado.

É importante ressaltar também que o conselho municipal de turismo nos municípios não está funcionando, encontra-se desativado. Em Nova Esperança do Sul,

---

<sup>18</sup> Rota composta por empreendedores rurais de São Francisco de Assis.

<sup>19</sup> Secretário Municipal de Turismo, Lazer e Meio Ambiente, em 11 de agosto de 2008.

<sup>20</sup> Secretário Municipal de Turismo, Lazer e Meio Ambiente, em 11 de agosto de 2008.

faz aproximadamente um ano que o conselho está estagnado, já em São Francisco de Assis faz aproximadamente quatro anos.

### **A participação da EMATER/RS – ASCAR**

A EMATER/RS – ASCAR é uma das entidades parceiras para o desenvolvimento do turismo em nível estadual. Na Região Central não é diferente, pois ela trabalha em parceria com o poder público de seu respectivo município e com as demais instituições que atuam em prol do desenvolvimento turístico.

Em São Francisco de Assis, a EMATER/RS - ASCAR possui uma parceria com o poder público. O responsável pelo escritório municipal fala que

A gente fez uma parceria com o poder público questão de dois anos atrás quando, a gente fez parte de uma comissão para visitar os locais, fazer uma avaliação do potencial do local, para ajudar a montar a estrutura das trilhas, pactuar com os produtores os locais aonde serão feitas as refeições, os lanches, a gente participou nesse sentido. A EMATER participa na divulgação também dessa rota, também a ajuda a formar grupos no interior<sup>21</sup>.

No município de Jaguari, a EMATER/RS – ASCAR, no passado, foi uma instituição parceira do poder público para o desenvolvimento do turismo, mas hoje as atividades não estão mais sendo realizadas. A atividade principal era a capacitação dos produtores rurais, a fim de atender da melhor maneira o turista.

O responsável pelo escritório em Nova Esperança do Sul destaca que:

Nós não temos uma atividade específica para trabalhar com o turismo, nós eventualmente dentro de todas as atividades nós trabalhamos, turismo é uma das atividades. Então, a EMATER procura ajudar principalmente na capacitação de pessoas, quando é possível capacitar quando existe essa possibilidade e também na parte de organização de grupo de pessoas. Já fez bem mais isso no passado quando o consórcio era estruturado e tem feito bem menos atualmente, nessa questão de apoio ao turismo [...] nosso principal parceiro sempre é a prefeitura municipal pela proximidade que temos, pela secretaria de turismo com Claudio e existe essas parcerias. Quase todos os eventos que agente trabalha a nível de turismo ou o que trabalhou sempre teve essa participação da prefeitura e EMATER, empreendedores, agricultores familiares que fazem parte que tem os pontos turísticos quem cuida os locais<sup>22</sup>.

<sup>21</sup> Responsável pelo Escritório da EMATER/RS-ASCAR, em 24 de julho de 2008.

<sup>22</sup> Chefe do Escritório Municipal da EMATER/RS-ASCAR, em 11 de agosto de 2008.

Quanto a projetos, o responsável pelo escritório da EMATER/RS - ASCAR de São Francisco de Assis, garante que a entidade e o governo municipal são parceiros na Rota Conhecendo seu Município. Já em Jaguari não existe nenhum projeto em desenvolvimento. Em Nova Esperança do Sul, o responsável explica que: “Nós temos projetos bem amplos em nível de Estado e no município poucas atividades, poucos projetos, poucas perspectivas disso. Já tivemos bons trabalhos mas que estão meio parados, mais lentos nos últimos anos”<sup>23</sup>.

Quando questionados sobre a qualidade dos serviços, todos os técnicos da EMATER/RS - ASCAR dos municípios colocam que é baixa a qualidade, sendo necessário mão-de-obra qualificada, além de um trabalho de educação e de sensibilização para a população em relação ao turismo, de modo que os pequenos empresários precisam de cursos para melhor atender o turista na sua propriedade.

Sobre o questionamento da preparação dos municípios para receber o turista, os técnicos da entidade afirmam que: São Francisco de Assis e Jaguari não estão preparados para receber o turista, porque faltam hotéis e restaurantes; e no município de Nova Esperança do Sul também não está preparado: “O município não está preparado, precisa evoluir, melhorar bastante, precisa planejar o turismo, precisa motivar os empreendedores. Principal é melhorar, planejar e motivar. Nós temos muitos atrativos só que estão como uma jóia largada precisa lapidar”<sup>24</sup>.

Como se pode observar, os técnicos da EMATER/RS - ASCAR de cada município estudado ressaltam que está faltando qualidade nos serviços oferecidos para o turista, que a infra-estrutura básica está deficitária, mas que os escritórios já trabalharam e ainda trabalham pelo desenvolvimento do turismo em nível municipal.

### **Os pequenos empresários**

Todos os pequenos empresários entrevistados recebem turistas e comentam que o fluxo de visitação é baixo. Apenas a Gruta Subterrânea Nossa Senhora de Fátima recebe milhares de turistas ao ano, e a Agroindústria Dalla Valle, que possui um fluxo maior de visitas por estar localizada junto à estrada.

O casal de proprietários da Pousada do Sol afirma que:

---

<sup>23</sup> Chefe do Escritório Municipal da EMATER/RS-ASCAR, em 11 de agosto de 2008.



Nós tínhamos hóspedes do mundo inteiro por causa da Braspelco, da exportação então tínhamos turistas do mundo inteiro China, Canadá, Singapura, Uruguaios, Argentina de todos os países que tinham negociação. Agora com a baixa do dólar, com a queda da exportação então, a coisa tá meio parada continuamos a receber um que o outro por enquanto esperasse que melhore a exportação aí voltaremos a ter hospedagem novamente seriam assim, compradores de outros países que vem para comprar e viajantes<sup>25</sup>.

Quando questionados se possuem algum conhecimento ou se já participaram de algum curso sobre turismo, os pequenos empresários de São Francisco de Assis comentaram que nunca participaram; os de Nova Esperança do Sul também não participaram de cursos, apenas de reuniões com a EMATER/RS - ASCAR e com a Secretaria de Turismo do município, como explica a proprietária da Fábrica de Botas Nicola:

Eu diretamente em cursos não, eu participava junto com o Gilmar no projeto da Rota Caminho das Origens aonde abrangia Nova Esperança, então eu participava com eles sempre das reuniões aqui no município, a gente fazia reuniões quase todo mês, tinha um grupo, a gente fazia individual um dia na casa de um e no outro mês em outra, como troca de experiências<sup>26</sup>.

No município de Jaguari, todos os pequenos empresários já participaram de cursos sobre Turismo, sendo que uns acham interessante participar, e outros entendem que o SEBRAE e o SENAI trabalharam não com a realidade da região, mas sim criaram expectativas nos empreendedores que não aconteceram no desenvolvimento do turismo em curto prazo, como comenta o responsável pela Casa Vinícola Dom Vergílio:

O turismo leva muito tempo, é um negócio lento, o maior problema de Jaguari foi política, quiseram em um ano e pouco botar o turismo fazer estourar, o cara imagina uma coisa quando tu começa e depois a gente vai ver que é bem diferente, nós fomos a Bento Gonçalves, foram em Dois Irmãos, mas o negócio não dá nem para comparar, aquilo de lá pega Porto Alegre é uma seqüência e vai a Gramado e Canela. Então, a gente não pode comparar aqui que nem lá e eles estavam meio que comparando, querendo comparar o cara se entusiasmo vai lá e tudo mas vem para cá é tudo bem diferente<sup>27</sup>.

---

<sup>24</sup> Chefe do Escritório Municipal da EMATER/RS-ASCAR, em 11 de Agosto de 2008.

<sup>25</sup> Casal Proprietário da Pousada do Sol, em 11 de agosto de 2008.

<sup>26</sup> Proprietária da Fábrica de Botas Nicola, em 11 de agosto de 2008.

<sup>27</sup> Proprietário da Casa Vinícola Dom Vergílio, em 09 de setembro de 2008.

Ainda percebe-se que os pequenos empresários de São Francisco de Assis precisam de instruções para melhorar o atrativo, os serviços e equipamentos turísticos, pois os mesmos acreditam que o empreendimento não está preparado para receber o turista, como relata o proprietário da Agroindústria Monte Carlo: “Preparado mesmo acredito que ainda não, depende muito de recursos ter em pequena propriedade é difícil. Dentro das limitações está funcionando, mas não em grande quantidade de público”<sup>28</sup>. A proprietária da Cascata dos Buzzata coloca que: “mas não está preparado, a estrutura é bem precária para chegar até lá sabe o acesso até lá é um pouco difícil”<sup>29</sup>.

Em Nova Esperança do Sul não é diferente, a maioria dos pequenos empresários falam que precisam se preparar melhor, como a proprietária da Casa da Família Ferrari: “Eu acho que precisava de alguém que ajudasse a gente a organizar por que a gente está meio desorganizado, não temos aquela organização para receber o público né”<sup>30</sup>. Já a proprietária da Pousada do Sol comenta que:

O turista sim, mas não o grande número por que não temos acomodação, até minha intenção era de fazer essa pousada menor, a principio nós fizemos ela com 07 quartos e depois nós aumentamos por causa da demanda, raramente ela está lotada, a não ser em eventos como Gruta em Canto ou quando vem uma excursão aí lota, não há ocupação inteira da pousada<sup>31</sup>.

Ainda em Nova Esperança do Sul, a representante da comunidade da Linha Um declarou que: “nós não temos muito conhecimento sobre o turismo, mas sempre que tem alguém tirando foto aqui na frente da Igreja São Caetano, abrimos a igreja para a pessoa entrar”<sup>32</sup>.

Já no município de Jaguari, alguns pequenos empresários relatam que não estão preparados para receber o turista, e outros comentam que estão parcialmente preparados para receber, como o proprietário do Pesqueiro Chapadão, afirma:

Como lazer sim, como pesca não, quando nós começamos era 100% pesca hoje nós temos com 5% pesca, digamos assim, a pesca hoje é um produto dentro do pesqueiro para quem tá na cabana, para quem tá descansando no final de semana vai pescar entende, mas eu não to interessado em receber pescadores. Hoje o meu público é de escolas, um turismo diferente, é

<sup>28</sup> Proprietário da Agroindústria Monte Carlo, em 31 de julho de 2008.

<sup>29</sup> Proprietária da Cascata dos Buzzata, em 31 de julho de 2008.

<sup>30</sup> Proprietária da Casa de Pedra da Família Ferrari, em 11 de agosto de 2008.

<sup>31</sup> Proprietária da Pousada do Sol, em 11 de agosto de 2008.

<sup>32</sup> Representante da Comunidade da Linha Um, em 11 de agosto de 2008.

educacional, como agrônomo, como técnico eu dou uma aula de botânica, de zoologia, nas trilhas eu explico o que é mata nativa<sup>33</sup>.

Uma das proprietárias da Granja Santa Tereza em Jaguari aponta que “os empreendimentos estavam mais organizados, hoje já tão meio desorganizados né, mas eu acho meio político isso daí também muda o prefeito já mas eu acho que não digo que preparados mas dá para receber um turista”<sup>34</sup>.

Com isso, observa-se que os pequenos empresários estão desarticulados, não estão interligados uns com os outros, não possuem um técnico na área de turismo para auxiliá-los no processo de organização para o desenvolvimento.

Percebe-se ainda que os únicos pequenos empresários que estão organizados para receber os turistas são os do município de Jaguari, que participam da Rota Nostra Colônia<sup>35</sup>. Em São Francisco de Assis, eles comentam que não estão organizados para receber o turista, e em Nova Esperança do Sul não é diferente.

Estes empresários também acrescentam que podem ajudar no desenvolvimento do turismo, em seu município, como relata o proprietário da Jaguary Turismo – Agência Receptiva:

A agência é fundamental, eu acho que se não tiver uma agência receptiva e emissiva funcionando bem não vai ter turismo em Jaguari, não vai ter turismo na região, e nós estamos aí com tudo para trabalhar na hora que for necessário bota mais gente para trabalhar, vamos botar gente para trabalhar contando que tenha fluxo de pessoas querendo vir a Jaguari ou que Jaguari queira receber essas pessoas<sup>36</sup>.

Em Nova Esperança do Sul, a proprietária da Pousada do Sol comenta que sua contribuição seria através da receptividade, como ela mesma afirma: “Olha eu sou uma pessoa prática, eu acho assim, que agradar o máximo o hóspede agradar o máximo fazer tudo para que se sinta em casa [...] se o hóspede precisa de alguma coisa deixa ele a vontade”<sup>37</sup>. Dessa forma, quando bem recebido, o turista geralmente retorna ao lugar visitado.

Contudo, a hospitalidade não é somente receber bem, e sim saber demonstrar seu atrativo, seus serviços e seus equipamentos turísticos, que devem estar inseridos no

<sup>33</sup> Proprietário do pesqueiro Chapadão, em 09 de setembro de 2008.

<sup>34</sup> Proprietária da Granja Santa Tereza, em 09 de setembro de 2008.

<sup>35</sup> Essa rota é composta por empreendedores somente do município de Jaguari.

<sup>36</sup> Proprietário da Jaguary Turismo - Agência Receptiva, em 09 de setembro de 2008.

<sup>37</sup> Proprietária da Pousada do Sol, em 11 de agosto de 2008.

contexto da visita, ou seja, conforme a maneira pela qual o turista foi informado sobre o local.

Ressalta-se ainda que os pequenos empresários não possuem muito conhecimento das ações que o poder público está realizando para o desenvolvimento do turismo no município. Em Jaguari, a proprietária do Mirante do Minuzzi fala que:

Para te falar a verdade se tem alguma ação foi toda a Nostra Colônia que fez, da parte da administração pública eu não sei te dizer, não tenho conhecimento, aqui a secretaria turismo não tem quem responda pelo turismo então geralmente nas reuniões lá em Santa Maria mesmo quem vai é eu e o Juarez sempre, Cátia, Juarez, eu e meu marido então é uma coisa que deixa a desejar, desde começamos em 98 com a Rota então temos aí patinando há um bom tempo, mas as promessas estão boas com qualquer um dos candidatos ganhar eu acho que o turismo deslança<sup>38</sup>.

Já no município de Nova Esperança do Sul, os pequenos empresários comentaram que no passado teve muitas ações para o desenvolvimento do turismo, em parceria com a EMATER/RS - ASCAR, mas hoje as atividades não estão sendo realizadas com a mesma motivação.

No município de São Francisco de Assis não é diferente dos outros, pois os pequenos empresários comentam que deve existir alguma específica, como a: divulgação da Rota Conhecendo seu Município, embora não existam muitas atividades em desenvolvimento, atualmente.

Quando questionados sobre os locais para o turista obter informações sobre os atrativos turísticos, no município de São Francisco de Assis, os pequenos empresários apontam que não existe posto de informações turísticas, sendo que o turista deve se dirigir à Secretaria de Turismo. Em Nova Esperança do Sul não é diferente, pois os mesmos ressaltam que as informações são prestadas na secretaria de turismo ou na EMATER/RS - ASCAR.

Já em Jaguari, os pequenos empresários ressaltaram que não existe um posto de informações turísticas, mas que os turistas geralmente se deslocam até a Jaguary Turismo – Agência Receptiva, como ressalta o proprietário:

Normalmente as pessoas por aí pedem para o pessoal se dirigir para cá, para nossa agência, mas que ela não é o ponto de informações turísticas ela é uma agência comercial e a gente acaba servindo como ponto de referência, ponto de informação, mas as pessoas normalmente se dirigem para a prefeitura e como a prefeitura não tem uma secretaria atuante então o turista sempre é

<sup>38</sup> Proprietária do Mirante do Minuzzi, em 09 de setembro de 2008.

mal recebido, porque ele vai chegar no lugar errado ele vai chegar num posto sempre no lugar errado porque não tem um ponto realmente nós não temos uma ponto centralizado para as informações turísticas em Jaguari<sup>39</sup>.

É importante destacar que a iniciativa privada e o poder público não estão caminhando juntos. Dessa forma, embora os pequenos empresários tenham interesse no desenvolvimento do turismo, falta a união da EMATER/RS - ASCAR, poder público e à iniciativa privada.

Pela teoria estudada neste trabalho, o desenvolvimento depende da integração dos três pilares (da iniciativa privada, do poder público e da comunidade), de modo que todos devem estar unidos, para que as ações atinjam o objetivo proposto. Com as entrevistas, pode-se perceber a possibilidade de viabilizar a construção de um roteiro dentro da Rota Caminho das Origens, a fim de unir municípios que possuem características em comum.

## **Conclusão**

A pesquisa sobre os municípios de Jaguari, Nova Esperança do Sul e São Francisco de Assis aponta que o desenvolvimento do turismo é incipiente, nessa região. Contudo, percebe-se que os municípios já tiveram ações para que os mesmos consigam o desenvolvimento, embora estas atividades estejam estagnadas no período decorrente da pesquisa.

Verificou-se que o poder público não está priorizando as atividades turísticas, ou então o gestor pensa no desenvolvimento turístico, mas sabe das dificuldades encontradas, pois a pasta do turismo divide temáticas com outras secretarias e não é prioridade.

Já a EMATER/RS – ASCAR, que ao nível de Estado possui atividades turísticas, apresenta alguma parceria com o poder público nos municípios estudados, pois trabalha diretamente com o produtor rural, sabendo das dificuldades e auxiliando-os no processo produtivo.

Os pequenos empresários, na sua maioria, não acreditam no desenvolvimento turístico, pois, no passado, criaram expectativas que acabaram sendo frustradas, embora não descartem a possibilidade de que, no futuro, possam participar do processo, desde que seja bem planejado e pensado na realidade local.

---

<sup>39</sup> Proprietário da Jaguari Turismo- Agência Receptiva, em 09 de setembro de 2008.

Essa região possui características diferenciadas, ou seja, é uma região no qual o processo de desenvolvimento turístico é recente, e os atrativos, serviços e equipamentos estão dispersos, precisando ser formatados. As crenças e os costumes da colonização italiana estão presentes e são marcantes nas atitudes do dia-a-dia da comunidade regional.

Os moradores precisam do conhecimento do que é realmente o turismo, para este não venha somente interferir no cotidiano deles. No momento em que as propostas e as ações sejam desenvolvidas neste sentido, com certeza a população da localidade e o visitante vivenciarão a realidade de um local que recém está sendo explorado pelo turismo. Contudo, reitera-se: esse processo tem que ser aceito pelos três grupos sociais: o poder público, a comunidade e a iniciativa privada.

Com o turismo inserido nesta região, pode haver um crescimento no desenvolvimento local e mais uma alternativa de fonte para a renda, dos pequenos produtores rurais, principalmente.

Percebe-se que há interesse dos agentes públicos para o desenvolvimento turístico regional, pois são municípios pequenos que se complementam. Por isso, acredita-se que uma das alternativas seria a construção de roteiros que os una, conforme a proposta anteriormente apresentada.

No entanto, para que este processo regional ocorra, é preciso trabalhar a comunidade e os pequenos empresários que devem estar sensibilizados para o desenvolvimento turístico. Cabe ao Poder Público fornecer uma infra-estrutura adequada e incentivar os mesmos, para que estes invistam em algo proveitoso e não se arrependam futuramente.

### **Referências bibliográficas**

BAHL, Miguel. Planejamento Turístico por meio da elaboração de roteiros. In: RUSCHMANN, Doris; SOLHA, Karina Toledo (org). **Planejamento Turístico**. Barueri, SP: Manole, 2006.

BARRETTO, Margarita. **Planejamento Responsável do Turismo**. Campinas, SP: Papirus, 2005. (Coleção Turismo).

BENI, Mário Carlos. **Política e Planejamento de Turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

\_\_\_\_\_. **Análise Estrutural do Turismo**. 3ª ed. revisada. e ampliada. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2000.

BISSOLI, Maria Ângela Marques Ambrizi. **Planejamento Turístico com Suporte em Sistemas de Informação**. São Paulo: FUTURA, 1999.

BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do Espaço Turístico**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2007-2010: Uma Viagem de Inclusão**. Brasília, 2007/A.

\_\_\_\_\_. **Introdução a Regionalização do Turismo**. Secretaria Nacional de Políticas Públicas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília 2007/B.

\_\_\_\_\_. **Módulo Operacional 7 Roteirização Turística**. Secretaria Nacional de Políticas Públicas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2007/C.

ETGES, Virgínia Elisabeta. A Região no Contexto da Globalização: o caso do vale do Rio Pardo. In: **Vale do Rio Pardo (re) conhecendo a região**. VOGT, Olgário Paulo & Silveira, Leandro Lima da (org). Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

GASTAL, Susana; MOESCH, Marutschka: **Turismo, Políticas Públicas e Cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007. (Coleção ABC do Turismo)

HALL, Colin Michael. **Planejamento Turístico: políticas, processos e relacionamentos**. Trad.de Edite Sciulli. São Paulo: Contexto, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. (Org). **Pesquisa Social: teoria método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MOLINA, Sergio. **Turismo Metodologia e Planejamento**. Bauru, SP: Edusc, 2005.

MOLINA, Sergio; RODRIGUEZ, Sergio. **Planejamento Integral do Turismo: Um enfoque na América Latina**. São Paulo: Edusc, 2001.

RUSCHMANN, Dóris Van de Meene. **Turismo e Planejamento Sustentável: A proteção do meio ambiente**. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

SILVA, Adriana Pisoni. Hospitalidade Pública e Turismo Rural. **Programa de Segmentação do Turismo Rural: Planejamento, Organização e Gestão**. Santa Maria: [S. ed.], 2007.

TAVERES, Adriana de Menezes. **City Tour**. São Paulo, SP: Aleph, 2002.

Recebido para publicação em junho de 2010

Aprovado para publicação em dezembro de 2010